

# PENSANDO E FAZENDO ESTUDOS CRÍTICOS DE PATRIMÔNIO NO DIÁLOGO MÉXICO-BRASIL

THINKING AND MAKING CRITICAL HERITAGE STUDIES FROM A MEXICO-BRAZIL DIALOGUE

Walter Francisco Figueiredo Lowande\*

walter.lowande@unifal-mg.edu.br

Cintia Velázquez Marroni\*\*

cvelazquez@institutomora.edu.mx

**RESUMO:** O presente artigo apresenta um conjunto de reflexões sobre os Estudos Críticos de Patrimônio a partir de uma perspectiva latino-americana estabelecida por meio do diálogo intelectual entre pesquisadores(as) e estudantes mexicanos(as) e brasileiros(as) reunidos no Grupo de Estudos Críticos de Patrimônio Brasil México (GECP-BM). Apresentamos, inicialmente, um quadro geral dos estudos patrimoniais nos dois países. Em seguida, elencamos problemas atrelados aos estudos críticos do patrimônio que, num primeiro momento, foram identificados como aspectos que nos afetam diretamente em nossas respectivas regiões geográficas. Por fim, propomos uma reflexão sobre os problemas afeitos a esse campo e que ainda precisam ser enfrentados, bem como analisamos a importância desse debate para repensarmos os significados de uma “História Ibérica”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio; América Latina; Antropoceno.

**ABSTRACT:** This article presents a set of reflections on Critical Heritage Studies from a Latin American perspective established through the intellectual dialogue between Mexican and Brazilian researchers and students gathered in the Brazil-Mexico Group on Critical Heritage Studies (GECP-BM). We first present a general overview of heritage studies in both countries. We then list problems linked to critical heritage studies that were initially identified as aspects that directly affect us in our respective geographic regions. Finally, we propose a reflection on the problems related to this field that still need to be addressed, as well as analyzing the importance of this debate for rethinking the meanings of an “Iberian History.”

**KEYWORDS:** Heritage; Latin America; Anthropocene.

---

\* Doutor Em História Pela Universidade Estadual De Campinas (Unicamp). Mestre Em História Pela Universidade Federal De Ouro Preto (Ufop). Professor Do Departamento De História E Do Programa De Pós-Graduação Em História Ibérica Da Universidade Federal De Alfenas (Unifal-Mg).

\*\* Doutora Em Museum Studies Pela Universidade De Leicester, Reino Unido. Mestre Em Museologia Pela Escola Nacional De Conservação, Restauração E Museografia (Encrym-Inah), México. Professora Do Instituto De Investigaciones Dr. José María Luis Mora, Onde Atua Nas Áreas De Museologia, Patrimônio Cultural E Humanidades Ambientais.

## Antecedentes

Brasil e México estão localizados na região geopolítica conhecida como América Latina, conceito tão amplamente utilizado quanto problemático e que continua presente nos debates acadêmicos (a esse respeito, vide por exemplo Mauricio Tenorio-Trillo, 2020). Os dois países têm em comum uma história marcada pelo colonialismo ibérico e por reações próprias ao desenvolvimento do capitalismo internacional por meio de suas respectivas formas estatais, produzindo, nesses processos, heranças complexas com as quais precisamos lidar no presente. O Grupo de Estudos Críticos de Patrimônio Brasil-México (GECP-BM) estabelecido entre a autora e o autor deste artigo tem, entre seus objetivos, justamente estabelecer um diálogo para uma melhor compreensão do que nos une e o que nos diferencia neste campo específico. Estamos diante de dois países que fazem parte da mesma região geopolítica, mas que também apresentam grandes diferenças constitutivas, incluindo o idioma, o passado imperial do Brasil, a proporção de afrodescendentes ou de povos indígenas entre sua população e o tamanho e tipo de ecossistemas, por exemplo.

A história deste Grupo de Estudos reflete a dinâmica global de troca de conhecimentos e, até mesmo, a forma como as relações na América Latina são muitas vezes mediadas por países do Norte Global. No nosso caso, por exemplo, nossos primeiros contatos se deram por meio do espaço construído pela Association of Critical Heritage Studies (ACHS) na sua conferência bianual que seria realizada em Londres em 2020, mas que, devido à pandemia, teve que ser realizada online. Um dos autores deste artigo apresentou um trabalho sobre patrimônios cosmológicos e, posteriormente, também realizou, em conjunto com outros(as) pesquisadores(as) brasileiros(as), o projeto Museu das Rexistências, desenvolvido como parte da iniciativa *Reimagining Museums for Climate Action* com fundos da *UK Arts and Humanities Research Council* (Lowande et al., 2022; Lowande, 2023a). Isso ressoou com os temas e interesses que a outra autora teve ao estudar as obras de Rodney Harrison e Colin Sterling, durante seu doutorado no Reino Unido.

Portanto, este Grupo de Estudos é o resultado de uma relação acadêmica que vem se desenvolvendo há 4 anos e que agora dá frutos mais palpáveis. Antes disso, essa parceria rendeu aulas virtuais, elaboração de projetos e bolsas de pesquisa, e entre 2025 e 2026 estamos desenvolvendo atividades de intercâmbio acadêmico por meio do Edital de Fomento à Internacionalização das Instituições de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Durante o segundo semestre de 2024 iniciamos sessões mensais de discussão, com quatro temas distintos: 1) Antropoceno e Patrimônio; 2) Agências vegetais e patrimônio ruderal; 3) Mundos indígenas, território e patrimônio; e 4) Humanidades digitais e patrimônio. Nestas sessões procuramos, sempre que possível, fazer uma leitura a partir de textos produzidos no México e no Brasil, para realizar exercícios comparativos – algo nem sempre possível devido às especificidades da produção intelectual de cada país. Portanto, as leituras e discussões não são apenas sobre textos produzidos no México e no Brasil a respeito dos Estudos Críticos de Patrimônio, mas também sobre problemas que têm ressonância em nossos países, apesar de serem produzidos em outros lugares.

A última atividade de 2024 do GECP-BM foi discutir os estudos críticos de patrimônio por meio de uma perspectiva comparativa, considerando os casos mexicanos e brasileiros e partindo da discussão sobre o colonialismo ibérico. Essas reflexões foram inicialmente apresentadas, de forma mais sucinta, no IV Congresso Internacional Península Ibérica: Antiguidade, Medievo e suas Projeções, numa mesa intitulada “Patrimônio e Antropoceno: uma reflexão desde Iberoamérica”. Tanto no México quanto no Brasil, as políticas patrimoniais implantadas por seus respectivos Estados foram pensadas sob uma ideologia moderna que percebia a existência dos povos latino-americanos como uma dádiva da civilização ibérica.

A revisão dos pressupostos teóricos dos estudos críticos de patrimônio, conforme veremos abaixo, permite-nos pensar as políticas patrimoniais por uma perspectiva muito diferente. Apresentaremos, a seguir, uma visão panorâmica sobre os estudos críticos de patrimônio no México e no Brasil para, em seguida, avaliarmos como os debates teóricos mais recentes desse campo podem ser mobilizados por meio de um diálogo estabelecido a partir desses dois países. Este artigo não pretende apresentar uma pesquisa sistemática ou propor uma metodologia *a priori* para esses estudos. Nosso intuito é apontar para um conjunto de reflexões teóricas, produzidas a partir de nossas atuações didáticas conjuntas e de nossos diálogos intelectuais internacionais, que nos permitam pensar em um programa de investigações a partir de uma perspectiva crítica sobre os patrimônios ibéricos e seus desdobramentos nos mundos latino-americanos.

### *Pontos de partida*

Os Estudos Críticos de Patrimônio representam uma abordagem necessária e criativa para este campo devido ao seu interesse em aspectos como: 1) o questionamento do binarismo natureza-cultura (patrimônio cultural vs. patrimônio natural); 2) o reconhecimento da diversidade de ontoepistemologias; 3) a abertura da noção de agência e sua consequente inovação metodológica; 4) a perspectiva patrimonial focada mais na construção de futuros do que na conservação antiquária do passado; e 5) as imbricações do poder e políticas nos processos de seleção e conservação do passado. Vejamos, a seguir, como México e Brasil se relacionam, respectivamente, com esse campo emergente de pesquisas e práticas.

No México, a noção de Estudos Críticos de Patrimônio ainda não é utilizada. São poucas as pessoas que se vinculam explicitamente a essa linha, principalmente em relação às discussões que ocorreram desde a criação da ACHS. No entanto, existe uma tradição própria de crítica antropológica e, portanto, patrimonial, que se manifestou especialmente a partir dos anos 80 e 90. As obras de Guillermo Bonfil Batalla (1991), Néstor García Canclini (1990), Ana Rosas Mantecón (1998) e Maya Lorena Pérez Ruiz (1999) questionaram as ideias sobre nação, cultura e patrimônio que se consolidaram no país a partir dos governos da pós-revolução.

Terminada a fase armada da Revolução Mexicana (1910-1917), iniciou-se uma era de construção do Estado moderno que tinha como espinha dorsal a articulação de um projeto cultural e educacional. Entre as décadas de 1930 e 1960, foi construída grande parte das instituições deste projeto, incluindo escolas

públicas e manuais escolares, uma estética pública (manifestada, sobretudo, na obra do muralismo), a rede de museus nacionais, a formação de organizações responsáveis da gestão do patrimônio histórico e artístico (como o Instituto Nacional de Antropologia e História, INAH, e o Instituto Nacional de Belas Artes e Literatura, INBAL), a construção do campus da Cidade Universitária, entre outros. No entanto, este processo de articulação também implicou a construção de uma série de postulados quase inamovíveis sobre a identidade nacional ancorados numa perspectiva arqueológica, na ideia do cidadão mexicano como um povo mestiço, bem como numa centralização institucional na forma como o patrimônio foi selecionado, interpretado, exposto e protegido (Velázquez Marroni, 2019).

A crítica antropológica mexicana foi muito importante para a revisão desses pressupostos. Pois nos permitiu mostrar, por exemplo, a forma como a referida centralização do Estado envolveu a supressão e marginalização da diversidade do patrimônio e as constantes fricções que existem entre grupos de interesse; mostrou que no país uma visão particular do pré-hispânico havia sido entronizada sobre outros processos e figuras históricas; e também destacou os dolorosos processos de desapropriação, imposição e dominação que o Estado mexicano exerceu sobre os povos indígenas, afrodescendentes, mulheres e muitos outros grupos historicamente marginalizados (vide López Hernández, 2019; Rufer, 2019). Mostrou também que o patrimônio é uma fonte lucrativa que muitas vezes está no centro das discussões entre os governos locais e federais, bem como dos interesses privados, sobre a administração e o usufruto desse patrimônio.

Apesar dos progressos, há muitas questões pendentes no estudo do patrimônio no México. Por exemplo, continua a predominar uma lógica binária entre o cultural e o natural. Essa lógica não é apenas conceitual, mas estruturante no nível operacional, legislativo e institucional. Há também uma visão profundamente antropocêntrica que ainda não permite pensar o patrimônio a partir de uma perspectiva multiespécies. E, sobretudo, continua a haver uma obsessão em tentar conservar tudo mesmo quando os orçamentos e as condições, não só do país, mas também do planeta, nos mostram que esta tendência já é insustentável. Ou seja, ainda há muito espaço para continuar a renovar os estudos e as práticas patrimoniais e neste ponto que se enquadra o Grupo de Estudos.

Guardadas algumas especificidades, é possível traçar paralelos entre a história dos estudos patrimoniais no México e no Brasil. O termo “estudos críticos de patrimônio” também não é usual no Brasil. Todavia, é possível afirmar que esse país também possui uma tradição própria de estudos patrimoniais, que se posicionaram de maneira crítica e inovadora em relação aos pressupostos e práticas, se tornando hegemônicos em diferentes momentos de sua história.

Embora seja possível localizar antecedentes (vide Rubino, 1992; Lowande, 2013a), os estudos patrimoniais se institucionalizaram no Brasil com a criação, em 1937, do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), apenas algumas semanas depois do Golpe que conduziu ao Estado Novo, sob o comando ditatorial de Getúlio Vargas. Com isso se impôs no Brasil, a partir da década de 1930, um projeto de modernização conservadora fortemente ancorado em ideais de identidade nacional que confrontaram perspectivas liberais e de supremacismo branco até então hegemônicas. No caso brasileiro,

as políticas de patrimônio compuseram uma vasta frente de inovações administrativas e culturais voltadas para a modernização do país. No entanto, mesmo que houvesse disputas em torno desses ideais (Chuva, 2017; Lowande, 2020), predominou uma ideia de nação que tomava o Brasil como herança da civilização ibérica, cuja contribuição para a civilização universal seriam as inovações possibilitadas pela ação modeladora da geografia tropical e pelo encontro criativo entre as culturas portuguesa, africana e indígena. Segundo Silvana Rubino (1996), produziu-se, dessa forma, um “mapa do Brasil passado” eminentemente branco, católico e urbano, ainda que com algum espaço para uma mestiçagem valorizada na medida em que pudesse ser devidamente domesticada. Escondeu-se, desse modo, os conflitos de raça, gênero e classe que continuaram presentes na conformação do Estado nacional até o presente.

Devemos, no entanto, evitar incorrer em reducionismos ao tratar desse assunto. Embora sejam evidentes os comprometimentos ideológicos dos estudos patrimoniais brasileiros desse período com uma visão autoritária e homogeneizante de identidade nacional, estudos mais independentes produzidos a partir da década de 1990 demonstraram uma relativa autonomia desse campo em relação aos regimes políticos que se sucederam no país desde então. Foi uma característica do governo Vargas conseguir apoio político para o seu projeto em troca da concessão de autoridade a representantes estratégicos de setores profissionais especializados, conformando assim um arranjo político e institucional característico de uma concepção corporativista de sociedade. O SPHAN conseguiu abrigar em sua estrutura, desse modo, intelectuais de diversos matizes ideológicos sob a condição pressuposta de que não questionassem os ideais de unidade cultural da nação organizada a partir do Estado. Com isso, o SPHAN conseguiu se tornar o principal centro de produção acadêmica sobre o patrimônio histórico e artístico nacional num momento em que as universidades ainda eram muito incipientes no país, conformando aquilo que Mariza Santos (2018) chamou de “Academia SPHAN”. Esse grupo era formado por intelectuais de diversas vertentes, mas que se tornaram, posteriormente, nomes eminentes da produção artística e intelectual nacional, comprometidos com a identificação científica dos valores intrínsecos da nacionalidade presentes em seu patrimônio histórico e artístico. Esse ideal de objetividade quanto aos valores patrimoniais brasileiros se justificava, principalmente, como princípio para a identificação e preservação de edificações representativas desses ideais de nacionalidade. Isso tornou o órgão federal uma instituição ocupada principalmente por arquitetos que, como Lucio Costa, também se tornaram os maiores expoentes da arquitetura moderna brasileira (Chuva, 2017). Essa perspectiva seguiu intocada até a década de 1960, mesmo com as diversas mudanças de regime político que se sucederam no Brasil ao longo desse período e ainda que outras organizações tenham dividido com o SPHAN o dever de salvaguarda do patrimônio nacional. Exemplo disso é o Museu Nacional, que ficou à cargo do patrimônio arqueológico, etnográfico e biológico do país, ainda que isso não apareça com destaque na historiografia sobre as políticas patrimoniais brasileiras (Lowande, 2013a; 2020).

Apartir de então, pressões internas e externas possibilitaram o desenvolvimento de posicionamentos críticos em relação aos pressupostos estabelecidos para as políticas pioneiras de patrimônio no Brasil. Isso ocorreu, principalmente, em relação à identificação do valor econômico dos bens culturais (especialmente

no formato que isso adquiriu nas Normas de Quito, de 1967), e às disputas por representatividade que passaram a questionar os valores universalistas das práticas de patrimônio (vide, por exemplo, Harrison, 2013, sobre os problemas enfrentados pela Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO). A partir de então, passou-se a valorizar, no Brasil, em plena ditadura militar (1964-1985), o valor econômico e cultural da diversidade, desde que, com isso, não se questionasse o valor transcendente da pátria. As práticas anteriores foram pejorativamente chamadas, a partir de então, de “patrimônio pedra e cal”, em alusão ao privilégio conferido ao patrimônio edificado em detrimento das manifestações “vivas” da cultura nacional (Magalhães, 1997).

Esse processo culminou, no entanto, na promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil, que ampliou a ideia de direitos culturais e possibilitou uma reavaliação dos pressupostos patrimoniais brasileiros e das estratégias necessárias para a democratização do campo. Esse também foi o momento em que as discussões sobre as políticas de patrimônio deixaram de ser realizadas quase que exclusivamente a partir do próprio SPHAN (que passou, ao longo desse período, por diversas renomeações, sendo atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), por mais que o surgimento de instituições regionais de patrimônio já tivessem permitido uma diversificação de perspectivas (Lowande, 2010; 2013b). Com a ampliação dos programas de pós-graduação em história e ciências sociais no Brasil, diversas publicações acadêmicas puderam apresentar uma visão mais distanciada sobre o campo, apontando para as relações de poder que possibilitaram sua construção no Brasil e para as suas ideologias e narrativas hegemônicas. Antes, portanto, das discussões sobre o “Discurso Autorizado do Patrimônio” (Smith, 2006), que marcou a consolidação da Associação de Estudos Críticos de Patrimônio (ACHS) (Lowande, 2024), também existia, no Brasil, assim como no México, uma tradição importante de estudos críticos de patrimônio, como se pode evidenciar nos trabalhos de Silvana Rubino (1992; 1996), Márcia Chuva (2017), Mariza Santos (2018) e José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2002), entre outros. Além disso, a necessidade de fundamentar o registro de tradições e bens culturais intangíveis (Fonseca, 2003), atrelados à vida de comunidades tradicionais e à experiência dos povos afrodescendentes e ameríndios no Brasil, possibilitou a emergência de estudos mais diretamente vinculados ao campo da antropologia e que continuam, no presente, ampliando as concepções sobre valores patrimoniais no país.

Contudo, assim como no caso mexicano, no Brasil também ainda existe pouca repercussão da virada paradigmática (Domańska, 2024) trazida pelos estudos sobre o Antropoceno para o campo das ciências humanas. É certo que os trabalhos antropológicos sobre os patrimônios afrodescendentes e ameríndios já têm possibilitado uma abertura a perspectivas cosmológicas capazes de questionar o eurocentrismo característico dos estudos patrimoniais. No entanto, ainda é muito incipiente, no Brasil, uma discussão teórica que questione os fundamentos ontoepistemológicos do campo, como já ocorre de maneira mais vigorosa na produção anglófona (Lowande, 2024). Por outro lado, essa produção teórica mais recente de estudos críticos de patrimônio ainda é muito eurocentrada. Desse modo, as atividades aqui descritas buscam fomentar uma revisão de pressupostos pensados a partir dos centros de pesquisa anglófonos,

tomando como referências experiências latino-americanas que, acreditamos, podem trazer contribuições fundamentais para esse debate.

### *As discussões de fundo*

#### *1. Patrimônio e Antropoceno*

Iniciamos os trabalhos do Grupo de Estudos com esta discussão que consideramos urgente e essencial no atual campo do patrimônio. Mais do que um tema, na realidade, o Antropoceno é um eixo transversal que atravessa todo o planeta e a vida que nele existe. É uma “nova condição humana” (Palsson *et al.*, 2013) que está forçando uma profunda transformação de tudo o que conhecíamos e acreditávamos, diante do colapso socioambiental em curso e da velocidade e intensidade das perdas. Como diz Tim Morton (2013), é um “hiperobjeto”, cuja complexidade impede que tenhamos algum tipo de compreensão definitiva e abrangente a seu respeito, ou usando outro termo também em voga, um “problema perverso” (*wicked problem*) que ultrapassa nossos limites e capacidade de enfrentá-lo com as ferramentas atuais que temos como espécie.

O conceito de Antropoceno começou a ganhar maior tração nas ciências naturais a partir de um artigo publicado por Paul Crutzen e Eugene Stoermer, no ano 2000, embora os próprios autores apontem usos precedentes do mesmo termo. Acumulavam-se evidências, desde o início da Guerra Fria (Masco, 2010), de que vivíamos em condições não mais análogas àquelas que caracterizaram a Época Geológica conhecida como “Holoceno” e que moldou a vida no planeta Terra ao longo dos últimos 12 mil anos. Diante de transformações tão significativas, Crutzen e Stoermer (2000) se questionaram, portanto, se ainda faria sentido usar o mesmo nome para caracterizar a condição geológica do presente. Ao identificarem os próprios seres humanos (ou, pelo menos, uma parcela que corresponderia a aproximadamente 25% da população global) como responsáveis diretos por essas mudanças (a climática sendo a principal delas), os autores consideraram propício denominar esse novo estágio operatório do planeta como “Antropoceno”, isto é, “a época do humano”.

Crutzen e Stoermer (2000) fazem parte de uma comunidade interdisciplinar de cientistas que se convencionou chamar de “Ciência do Sistema Terra” (CST) (vide Lowande, 2023b). Contudo, é a comunidade dos estratigráfistas que define se a Escala de Tempo Geológico deve ou não acolher uma nova datação. Em 2009, esses cientistas decidiram acolher a provocação dos cientistas da CST, designando o Grupo de Trabalho Antropoceno (AWG, na sigla em inglês), liderado, a princípio, pelo geólogo Jan Zalasiewicz (2021), que pôde contar, pela primeira vez, com um grupo interdisciplinar de pesquisadores (incluindo historiadores) para identificar evidências materiais para uma delimitação sincrônica e global da nova época geológica.

A União Internacional de Ciências Geológicas não acatou a proposta do AWG, apresentada em 2024, por falta de elementos cronoestratigráficos suficientes, de acordo com os seus próprios protocolos. Contudo, os debates sobre os inegáveis impactos das atividades humanas no funcionamento planetário (o consenso estratigráfico não nega esse ponto) suscitaram um amplo debate científico, político e cultural, não mais restrito às ciências naturais. O próprio Zalasiewicz reconheceu a importância de outras áreas do conhecimento para esse debate, especialmente para a definição das causas humanas para os fenômenos que depois puderam ser efetivamente mensurados pelas ciências naturais (Zalasiewicz *et al.*, 2021; vide também Lowande, 2023c).

As ciências humanas têm debatido esse problema há vários anos, a começar pelas reflexões de Sylvia Wynter (Wynter; McKittrick, 2015), Dipesh Chakrabarty (2009), Isabelle Stengers (2015), Bruno Latour (2020), entre outros(as). A partir de meados dos anos 2010, a nomenclatura adotada pelos cientistas da CST passou a ser contestada, em função de pressupostos filosóficos e políticos atrelados a uma ideia genérica de humanidade, a uma concepção de planeta como máquina cibernetica passiva de controle ou tutela, e a uma certa redução dos espaços deliberativos a decisões científicas, para ficarmos apenas em alguns exemplos (para uma discussão mais detalhada, vide Lowande, 2023d).

Mais recentemente, sobretudo a partir de um estudo publicado por Simon Lewis e Mark Maslin, na revista *Nature* (2015), as relações entre expansão colonial ibérica, expansão do capitalismo e a conformação de um mundo pós-holocênico têm ganhado o centro das discussões sobre o Antropoceno nas ciências humanas. Isso é evidenciado na produção de intelectuais indígenas, para os(as) quais a experiência da catástrofe ecológica se inicia com a própria colonização (Kopenawa; Albert, 2015; Davis; Todd, 2017; Whyte, 2017; 2018; Krenak, 2019; 2020; 2022; vide também Danowski; Castro, 2017); nas discussões sobre o “Capitaloceno” e o “Plantationoceno” (Moore, 2022; Haraway, 2023; Tsing, 2015; 2019), sobre o “Capitaloceno racial” (Verges, 2017), sobre o “Supremacismo-branco-ceno” (tradução livre, Mirzoeff, 2018), sobre o “Negroceno” (Ferdinand, 2022), sobre o “Antropo-cego” (de la Cadena, 2018); sobre a terraformação colonial em função da construção de “Novas Europas” e a partir de guerras “oncidárias” não declaradas desde a busca por especiarias pelos europeus (Ghosh, 2021); sobre a insuficiência das gramáticas científicas para a compreensão dos bilhões de Antropocenos negros (Yusoff, 2018); além de vários outros trabalhos menos conhecidos do público brasileiro (Lightfoot *et al.*, 2013; Kanngieser; Beuret, 2017; Vazquez, 2017; Walker, 2019; Bousfield, 2019; Hornborg, 2019; Davis *et al.*, 2019; Curley; Lister, 2020; Eichen, 2020; Erickson, 2020; Gergan; Smith; Vasudevan, 2020; Jackson, 2020; Joo, 2020; Lee; Beckelhimer, 2020; Luke, 2020).

Desse modo, a expansão colonial ibérica, o racismo, o patriarcalismo e o capitalismo, bem como suas formas correspondentes de desenvolvimento industrial e tecnológico, nos deixaram como “herança” um planeta arruinado. Por esta razão, esta nova condição humana tem abalado os estudos sobre o patrimônio. Algumas posições falam da necessidade de avançar para um paradigma pós-preservacionista, para o qual a deterioração e a perda devem fazer parte da dinâmica do patrimônio (DeSilvey, 2024). Outros propõem pensar o passado como uma ecologia de memórias, ou seja, de redes de interação entre o humano e

o mais-que-humano (Bangstad e Pétursdóttir, 2021). Outros sugerem que devemos pensar nas práticas patrimoniais para além do campo do patrimônio – isto é, alargar o nosso conceito de patrimônio (Harrison e Sterling, 2020). E outros, ainda, apostam que o campo do patrimônio está orientado para a construção e imaginação de futuros e não para a conservação de passados (Holtrof e Högberg, 2021). Walter Lowande (2023a; 2024; Lowande e Bueno, 2020; Lowande e Corrêa 2021), por sua vez, propôs a noção de “heranças cosmológicas”, que rompe com a visão da modernidade (baseada na diferenciação do passado-presente-futuro como entidades separadas e discerníveis) para propor um amplo campo experiencial em que os processos de ancestralidade e atualização/adaptabilidade entre entidades humanas e não humanas interagem e convergem constantemente.

Uma parte substancial destas transformações envolve o questionamento e a quebra do binômio natureza/cultura, um dos pilares do humanismo renascentista e da modernidade. Os trabalhos de Philippe Descola, Bruno Latour (2022), Val Plumwood (2003), Donna Haraway (2012), Anna Tsing (2015) e Dipesh Chakrabarty (2009), para citar alguns, contribuíram para esta ruptura, a partir de uma perspectiva ontoepistemológica ocidental, e mostraram a forma como diversas agências humanas e mais-que-humanas estão interligadas em constantes redes de co-determinação. No entanto, sabemos também que antes destas existiam e continuam a existir onto-epistemologias de povos originários (por exemplo, afrodescendentes, ameríndios, aborígenes, etc.) que sempre tiveram visões relacionais não antropocêntricas. Sabemos disso por algumas obras, como as de Eduardo Viveiros de Castro (2017), Víctor Toledo e Narciso Bassols (2008) e Eckart Boege (2010), mas também, muito significativamente, pelas vozes desses próprios povos, como as de Antônio Bispo dos Santos (2019), Davi Kopenawa (2015), Ailton Krenak (2019), Francisco López Bárcenas (2018) e Yásnaya Aguilar Gil (2021). Direta ou indiretamente, esta renovação ontoepistêmica ocidental é fundada e impactada por essas outras cosmovisões (Lowande, 2024).

## 2. Agências vegetais e patrimônio ruderal

Como parte desta transformação profunda e não binária na forma como entendemos a história e, portanto, o patrimônio, está a consideração de formas de vida não humanas. Isso tem conduzido, por exemplo, ao estudo das agências de plantas, isto é, a forma como elas foram e são entidades construtoras do mundo, interagindo com os seres humanos de múltiplas formas em processos de co-determinação constante (Durand, 2022; Franco, 2017). Essa virada ontológica vegetal implica em problemas metodológicos, pois nos obrigou a repensar como estudar outras formas de vida para além de uma visão antropocêntrica que até hoje continua hierarquizando os seres com base num critério de inteligência baseado na existência (ou não) de um sistema nervoso central. Tentar compreender as plantas na sua “plantalidade”, ou seja, no que faz das plantas, permite-nos ver como elas também tomam decisões, comunicam-se, colaboram entre si e com outros tipos de seres, e influenciam o mundo. Ou seja, isso nos permite superar uma visão desvalorizada em que a sua condição séssil (isto é, uma existência sem meios de autolocomoção, presa ao substrato) as colocou no elo mais baixo dessa hierarquia.

O reconhecimento de outras agências é importante de diversas formas para o campo do patrimônio. Em primeiro lugar, ele nos permite compreender a história e, portanto, os vestígios e elementos que se tornaram patrimônio, como uma criação coletiva que envolve diversas entidades (incluindo as plantas) e não como um produto da excepcionalidade humana (vide Cabral *et al.*, 2024). Além disso, os tipos, quantidades e formas por meio dos quais, como espécie, utilizamos as plantas para nossa habitação, abrigo, transporte, alimentação, cura, para celebrações, rituais e decoração, e até para nos acompanhar em nossos jardins, parques e varandas, mostram-nos que a sua presença e companhia têm sido fundamentais na constituição da experiência humana ao longo dos tempos. Ou melhor, que a experiência humana e o seu patrimônio não se compreendem sem esta convivência e colaboração com as agências vegetais.

Essa coexistência e colaboração persistem mesmo nos atuais contextos de perda e transformação acelerada. As agências vegetais mostram-nos como existem mundos futuros possíveis (Krenak, 2022) quando a perturbação se tornou a norma e a estabilidade da matéria e das paisagens já não é possível (DeSilvey, 2024). As plantas constroem entre ruínas e esquecimento, permitindo o florescimento de espécies novas ou ameaçadas. A geógrafa Caitlin DeSilvey denomina essa característica como “ruderalidade”, propondo que as plantas nos permitem pensar em patrimônios e futuros “ruderais”. Segundo ela, o pensamento ruderal alinha-se com a consciência nos estudos do patrimônio de que não podemos restaurar uma versão imaginada e autêntica do “passado”: nós só podemos pegar emprestados fragmentos do passado disponível para compor um futuro viável e, nesse sentido, a perturbação pode ser vista como a oportunidade para a emergência de trajetórias alternativas e novas configurações narrativas (DeSilvey, 2024, p. 48).

Desse modo, novas paisagens se geram em territórios áridos ou que assim pareciam. Isso permite o surgimento de novas dinâmicas sociais ou o renascimento de outras relações que eram consideradas perdidas, na significativa interação que ocorre entre o *Homo sapiens* e essas plantas companheiras.

### *3. Mundos, territórios e patrimônios indígenas*

Outro tema importante é a intersecção entre as heranças bioculturais (isto é, enraizadas na terra literal e metaforicamente), as onto-epistemologias ameríndias e a ameaça que o modelo de desenvolvimento capitalista exerce sobre ambas. Diante da monocultura desse modelo, tanto em um sentido literal (as plantações de soja, por exemplo), quanto metafórico (a homogeneização cultural focada no consumo capitalista), Krenak (Campos e Krenak, 2022) propõe o valor da diversidade (em todos os sentidos: biológico, ontológico, territorial, cultural) para habitar o mundo a partir de subjetividades que não são capturadas pelo mercado. Segundo o próprio Krenak, Monocultura não se refere apenas à nossa forma de produção; monocultura é também aquilo que se reflete na nossa maneira de estar no mundo e pensar o mundo. Por isso que o temido em reclamar a possibilidade de outros mundos. Reclamar outros mundos é se insubordinar contra a lógica monolítica de um mundo só (Campos; Krenak, 2022, p. 68).

No contexto brasileiro, há uma antiga tradição de reflexão, que remonta, pelo menos, à segunda metade do século XIX, sobre as contribuições culturais dos povos ameríndios e afrodescendentes. É certo que

parte significativa dessa produção acadêmica tenha sido desenvolvida por intelectuais brancos interessados na discussão sobre os fenômenos da miscigenação e sobre as possibilidades de modernização de um país racialmente cindido. Não obstante, são cada vez mais reconhecidos os trabalhos de intelectuais negros(as) (a exemplo de Guerreiro Ramos, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura), indígenas (a exemplo de Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Gersem Baniwa) e quilombolas (a exemplo de Antônio Bispo dos Santos e Ana Mumbuca). Some-se a isso, a produção intelectual influente de antropólogos(as) brasileiros(as), que se tornaram referências fundamentais para a verdadeira revolução paradigmática no campo da antropologia, conhecida como “virada ontológica”, sendo o nome de Eduardo Viveiros de Castro o mais conhecido entre eles(as). Monocultura não se refere apenas à nossa forma de produção; monocultura é também aquilo que se reflete na nossa maneira de estar no mundo e pensar o mundo. Por isso que tem sentido reclamar a possibilidade de outros mundos. Reclamar outros mundos é se insubordinar contra a lógica monolítica de um mundo só (Campos; Krenak, 2022, p. 68).

No México, por sua vez, o panorama tem uma composição diferente, pois a reflexão sobre os mundos indígenas é antiga e complexa, ao contrário do universo afrodispórico, a respeito do qual as reflexões são mais recentes. Além disso, no contexto mexicano, destaca-se que ainda não se consolidou uma produção escrita significativa de vozes indígenas e afrodispóricas. Há exceções (López Bárcenas (2018); Yásnaya Aguilar (2021)), mas predominou o que se escreveu sobre elas na academia. Em particular, predomina a linha do patrimônio biocultural gerado e desenvolvido no país (Boege (2010); Toledo; Bassols (2008); Argueta *et al.* (2011)).

Uma questão pendente na agenda da discussão sobre o patrimônio é compreender como e em que medida podem ocorrer as interações entre as visões de mundo ameríndias e afrodispóricas com as ocidentais. Em particular, existe uma preocupação sobre como e se isso é possível em um planeta majoritariamente urbano, onde mais de metade da população (e cada vez mais) vive nas cidades em vez de no campo (Velázquez Marroni, 2025). O conhecimento dessas outras ontoepistemologias permite-nos ver formas alternativas de construção de futuros, mais relacionais e com perspectivas multiespécies, para abalar o domínio da noção capitalista de desenvolvimento (incluindo também a de desenvolvimento sustentável). Lowande (2024) já iniciou esta reflexão dialógica desse tipo, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

#### *4. Humanidades digitais e patrimônio*

O último tema que desejamos abordar é a da inovação metodológica e o reconhecimento de múltiplas agências, especialmente considerando os debates relacionados às “humanidades digitais”. Um exemplo dessas discussões aplicadas ao campo dos estudos críticos de patrimônio é o trabalho de María Paula Arias. Em trabalho recente, Arias (2023) aborda as dinâmicas sociais e institucionais particulares que foram geradas nas redes sociais em torno de uma exposição no Manchester Art Gallery (Reino Unido).

Sua abordagem propõe a aplicação da teoria ator-rede (TAR), inicialmente formulada por Bruno Latour e outros cientistas sociais franceses (vide, por exemplo, Latour, 2012), num contexto patrimonial como o museu. Isso permite mostrar como as materialidades e imaterialidades impactam esse tipo de contexto de formas inusitadas. A TAR ofereceu uma contribuição significativa para a assim chamada “virada ontológica” nas ciências humanas, ao propor uma descrição de fenômenos relacionais mais que humanos a partir de um viés não antropocêntrico. Segundo essa perspectiva, seres humanos, animais não humanos, objetos e coisas em geral não devem ser tomados pelos(as) analistas de suas relações como dotados de nenhum tipo de privilégio ontológico *a priori*, mas como agentes ou “actantes” que constituem redes de codependência complexas (Castree; MacMillan, 2001; Cameron; Neilson, 2015). Essa concepção mais ampla do “social” permitiria também uma abertura a uma maior gama de possibilidades de “*assemblages*” futuras, isto é, composições não restritas a certos pressupostos sobre a natureza política do humano.

A reflexão sobre o patrimônio tem uma sólida ancoragem na noção de matéria, uma vez que o surgimento deste campo está ligado a casos como ruínas, objetos antigos, edifícios e obras de arte. Ou seja, entidades tangíveis que foram estudadas, selecionadas e valorizadas – ou, em outras palavras, patrimonializadas – para a sua proteção futura. Este culto à antiguidade como patrimônio cultural tem uma longa história que, no Ocidente, Harrison (2020) situa predominantemente no século XIX. Um livro clássico dessa trajetória é o de Alois Riegl (1987), que trata desse culto moderno aos monumentos. Mais tarde, no século XX, como resultado da consolidação de uma tradição e crítica antropológica, bem como de estudos sobre memória coletiva e conhecimentos tradicionais, as noções de patrimônio imaterial ganharam força (Arizpe, 2009; Fonseca, 2003; Velázquez Marroni, 2019).

No entanto, neste modelo binário associado ao par tangível-intangível, foram reproduzidas aquelas divisões conceituais (como a da natureza-cultura) que nos impediram de pensar de forma mais orgânica sobre o campo do patrimônio. A TAR nos mostra como estas materialidades são indissociáveis de outras entidades menos visíveis, como a Internet ou as interações virtuais nas redes sociais. E, portanto, mostram-nos como nos processos patrimoniais sempre houve a intervenção e agenciamento de entidades não visíveis (ou se quiserem, aparentemente imateriais) que determinam as decisões institucionais, a legislação, as visões e as perspectivas sobre estes bens públicos.

### *Descobertas e ideias preliminares*

Essas discussões nos permitiram identificar pontos-chave que podem enriquecer o campo do patrimônio tanto no México quanto no Brasil. Um caminho de trabalho a seguir seria, por exemplo, analisar a forma como estes quatro pontos acontecem (ou não) em ambos os contextos, e as suas semelhanças e diferenças entre os dois países. Outra rota de trabalho poderia ser a realização de um novo ciclo semestral, para continuar ampliando a discussão de temas, por exemplo: agências de animais não humanos, mundos afrodisíacos, relações país-cidade (ou centro/periferia) e feminismos, para citar alguns.

Para finalizar este artigo, prosseguiremos com o primeiro caminho, listando aqui brevemente alguns desses pontos-chave que poderiam ser analisados e comparados com maior profundidade nos casos brasileiro e mexicano:

- 1. Novas agências, novas metodologias:** este ponto se relaciona a uma mudança de perspectiva que reconhece a existência de outros agentes para além do *Homo sapiens* no campo do patrimônio. São outras espécies de animais, plantas, fungos, procariontes, documentos, infraestruturas, sistemas virtuais e linguagens de programação, objetos, elementos orgânicos (montanhas, rios, oceanos, raios, areia, etc.), agentes infecciosos microscópicos etc. O estudo e a gestão do que é considerado patrimônio (ou não) nesta perspectiva acarreta mudanças substanciais. Implica uma perspectiva relacional, não binária, que exige também outras metodologias, bem como a ruptura dos esquemas operacionais e teóricos que até agora marcaram o campo (por exemplo, nas divisões entre patrimônio cultural e patrimônio natural).
- 2. Hibridação ontoepistêmica e território:** esta discussão está ligada ao reconhecimento das desigualdades e do domínio (muitas vezes baseado na violência física e no epistemocídio) de uma onto-epistemologia “occidental”, europeia e capitalista, sobre outras formas de compreensão do patrimônio. É reconhecida a necessidade de estudar e aprender mais sobre outras visões de mundo e modos de viver e estar no planeta em convivência com outras entidades e espécies, o que por sua vez implica outras formas de atribuir valor e conservar (ou deixar perecer). No caso da América Latina, as onto-epistemologias ameríndias e afrodiáspóricas são duas fontes alternativas que podem tornar-se pontos de partida para pensar novas soluções e novos futuros no contexto do Antropoceno e da sua tendência para a urbanização do território.
- 3. Desmaterialização, perdas, fantasmas e novas vidas:** finalmente, este ponto leva-nos a observar e refletir sobre a própria noção de conservação, uma das pedras fundamentais da noção de patrimônio. Num mundo em acelerada deterioração e colapso, com uma tendência que parece irreversível face à falta de vontade política, social e econômica para mudar o modelo capitalista de desenvolvimento, a perda tornou-se a norma. Mas, além disso, as novas realidades e dinâmicas civilizacionais baseadas em linguagens de programação que sustentam cada vez mais a vida do *Homo sapiens* (a internet, as redes sociais, a inteligência artificial) geraram uma ficção de desmaterialização. Perante este desaparecimento real e fictício do mundo material (que inclui, claro, outras formas de vida, os seus territórios, as criações humanas etc.), surgem espetros e ruínas, mas talvez também a possibilidade de novas formas de patrimônio.

### *Considerações finais: repensando os patrimônios ibéricos*

Pensar os impactos onto-epistemológicos das discussões sobre o Antropoceno nas discussões sobre o patrimônio nos leva a refletir sobre a responsabilidade da colonização ibérica com relação às catástrofes planetárias que vivemos no presente. Se levarmos em conta a proposta de Rodney Harrison

(2024), segundo a qual as práticas de patrimonialização se constituem como ontopolíticas mais-que-humanas para a construção de futuros melhores, as heranças que devemos preservar, no presente, são justamente aquelas que nos ajudam a resistir à catástrofe colonial e racial iniciada pela colonização ibérica. Não há dúvida de que esse problema pode ser melhor pensado a partir de perspectivas latino-americanas, como a que apresentamos aqui a partir de uma parceria entre México e Brasil.

A “Península Ibérica” como objeto historiográfico surge em Portugal e na Espanha como resultado do processo de modernização experimentado nesses países a partir do século XIX. É certo que as ideias de “Ibéria” e “Hispania” são muito mais antigas e remontam a desejos imperiais de delimitação territorial que datam de milhares de anos. Contudo, é a reação à expansão imperial de potências europeias como a França e a Inglaterra que leva esses países a refletirem sobre suas próprias modernidades, levando a uma mobilização prática de seus passados, ora imaginados como “nacionais”, ora como “ibéricos” ou “hispânicos”, como demonstram os trabalhos de Sérgio Matos Campos, César Rina Simón e tantos(as) outros(as) (para uma apresentação mais detalhada deste problema, vide Lowande, 2023e). Os projetos de unificação cultural no Brasil também passaram pela mobilização desses passados ibéricos, seja em sua historiografia ou em suas políticas patrimoniais (Lowande, 2023e). No caso do México, a mobilização do passado ibérico como fonte constitutiva da nação sempre esteve presente, embora sua aceitação tenha sido difícil e desigual diante de narrativas liberais e pós-revolucionárias focadas no passado pré-hispânico (vide Marzo 2010; López Hernández, 2019). Mais recentemente, países como Brasil e México têm revisitado essas políticas do tempo iberistas a fim de lidar com legados de racismo e desigualdades sociais e ambientais que não podem ser compreendidas sem que se leve em conta o nosso passado colonial.

Desse modo, a própria ideia de “História Ibérica” pode ser repensada a partir dos estudos críticos de patrimônio. Mais do que uma história encerrada na própria península, os legados materiais e intangíveis da colonização ibérica se projetam no nosso presente latino-americano de diferentes formas: projetos de construções de “Novas Europas” e uma persistente colonização em que formas domesticadas e simplificadas de paisagem tentam se impor às ecologias regionais; práticas e ecologias moldadas como resistência contracolonial aos processos de racialização e inumanização colonial; paisagens destruídas e suas recolonizações por vegetações pioneiras; “confluências” (Santos, 2019) entre diferentes tradições biointerativas e festivas em resistência à imposição de padrões comportamentais diretamente atrelados à expropriação capitalista etc.

Tudo isso nos é legado como patrimônios, desejados ou não, em que passados conflituosos relacionados ao processo de colonização resistem no presente e nos afetam de diferentes formas. Exemplos disso são edifícios antigos cuja preservação é cada vez mais cara e custosa em função do aquecimento global e dos intemperismos a ele associados; manifestações artísticas e culturais que, desde o período escravista, permitem suspender o desaceleração os ritmos da exploração de humanos e não humanos pela expropriação capitalista de trabalho barato (a este respeito vide, por exemplo, Moore, 2022); recomposição de paisagens arruinadas pela monocultura por espécies não-humanas e suas ecologias próprias de cuidado; sistemas agroflorestais que se desenvolveram às margens da monocultura escravista (Pereira, 2024) e que

hoje se mostram como a melhor solução para o enfrentamento do aquecimento global e da fome etc. Todos esses exemplos e muitos outros nos mostram que os domínios patrimoniais, pensados de maneira mais abrangente, como propõe Harrison (2024), mas a partir de uma perspectiva especificamente latino-americana, são fundamentais para o enfrentamento das heranças indesejadas que nos foram legadas pela projeção do imperialismo patriarcal ibérico.

### Agradecimento

Agradeço à FAPEMIG pelo apoio recebido mediante o projeto de Internacionalização APQ-05218-23.

### Referências bibliográficas

- ARGUETA, Arturo; CORONA MARTÍNEZ, Eduardo; HERSCH MARTÍNEZ, Paul (Orgs.). *Saberes colectivos y diálogo de saberes en México*. 1. ed. Cuernavaca, Morelos, México Puebla, Pue., México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2011. (Multidisciplina, 7).
- ARIAS, María Paula. De intervención artística a debacle: un análisis de la red nymphgate usando datos de Twitter. In: BENEVIDES, Gilmara; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (org.). *Estudos Críticos de Patrimônio: abordagens transnacionais*. São Paulo: Tirant Empório do Direito Editorial, 2023. p. 198-223.
- ARIZPE, Lourdes. *El patrimonio cultural inmaterial de México*. México: Cámara de Diputados, LX Legislatura; Consejo Nacional para la Cultura y las Artes; CRIM; Miguel Ángel Porrua, 2009. (Pensar la cultura).
- BANGSTAD, Torgeir Rinke; PÉTURSDÓTTIR, Þóra (org.). *Heritage ecologies*. London; New York: Routledge, 2021. (Archaeological orientations).
- BÁRCENAS, Francisco López (org.). *El pensamiento indígena contemporáneo*. Ciudad de México: Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2018.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. Nuestro patrimonio cultural: un laberinto de significados. In: FLORESCANO, Enrique (org.). *El patrimonio nacional de México*. 1. ed. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes; Fondo de Cultura Económica, 1997. v. 1, p. 28-56.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. *Pensar nuestra cultura: ensayos*. 1. ed. México: Alianza Editorial, 1991. (Estudios).
- BOEGE, Eckart. *El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México: hacia la conservación in situ de la biodiversidad y agrodiversidad en los territorios indígenas*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia; Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, 2010.

- BOUSFIELD, Dan. Settler colonialism in vegetal worlds: exploring progress and resilience at the margins of the Anthropocene. *Settler Colonial Studies*, v. 10, n. 1, p. 15-33, 2020.
- CABRAL, Diogo de Carvalho; VITAL, André Vasques; GASCÓN, Margarita (org.). *More-than-human histories of Latin America and the Caribbean: decentring the human in environmental history*. London: University of London Press, 2024. Disponível em: <https://uolpress.co.uk/book/more-than-human-histories-of-latin-america-and-the-caribbean/>. Acesso em: 6 ago. 2025.
- CADENA, Marisol de La. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, p. 95-117, 2018.
- CAMERON, Fiona; NEILSON, Brett (org.). Ecologizing Experimentations: A Method and Manifesto for Composing a Post-humanist Museum. In: HARRISON, Rodney; STERLING, Colin (org.). *Climate change and museum futures*. Abingdon: Routledge, 2015. p. 16-33.
- CAMPOS, Youssef; KRENAK, Ailton. *Lugares de origem*. São Paulo: Jandaíra, 2022.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo; Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1990. (Los Noventa, 50).
- CASTREE, Noel; MACMILLAN, Tom. Dissolving Dualisms: Actor-networks and the Reimagination of Nature. In: CASTREE, Noel; BRAUN, Bruce (org.). *Social nature: theory, practice, and politics*. Malden: Blackwell Publishers, 2001. p. 208-224.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: UBU, 2017. (Coleção argonautas).
- CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.
- CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*, n. 41, p. 17-18, 2000.
- CURLEY, Andrew; LISTER, Majerle. Already existing dystopias: tribal sovereignty, extraction, and decolonizing the Anthropocene. In: MOISIO, Sami; KOCH, Natalie; JONAS, Andrew E. G.; et al. (org.). *Handbook on the changing geographies of the state: new spaces of geopolitics*. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar Publishing, 2020. p. 251-262.
- DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Batalha. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. 2. ed. Desterro: Cultura e Barbárie; São Paulo: ISA, Instituto Socioambiental, 2017.
- DAVIS, Heather; TODD, Zoe. On the importance of a date, or, decolonizing the anthropocene. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, Montreal, v. 16, n. 4, p. 761-780, 2017.

- DAVIS, Janae; MOULTON, Alex A.; VAN SANT, Levi; et al. Anthropocene, Capitalocene, ... Plantationocene? A manifesto for ecological justice in an age of global crises. *Geography Compass*, v. 13, n. 5, p. e12438, 2019.
- DESCOLA, Philippe. *Más allá de naturaleza y cultura*. Buenos Aires: Amorrortu, 2012.
- DESILVEY, Caitlin. Patrimônio Ruderal. In: BENEVIDES, Gilmara; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (org.). *Estudos Críticos de Patrimônio: abordagens transnacionais*. São Paulo: Tirant Empório do Direito Editorial, 2024. p. 41-60.
- DOMAŃSKA, Ewa. *A história para além do humano*. Rio de Janeiro: FGV, 2024.
- DURAND, Leticia. Etnografía vegetal. Sobre el mundo que construimos en colaboración con las plantas. *Alteridades*, Cidade do México, v. 32, n. 64, p. 111-123, 2022.
- EICHEN, Joshua R. Cheapness and (labor-)power: the role of early modern Brazilian sugar plantations in the racializing Capitalocene. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 38, n. 1, p. 35-52, 2020.
- ERICKSON, Bruce. Anthropocene futures: linking colonialism and environmentalism in an age of crisis. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 38, n. 1, p. 111-128, 2020.
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.
- FERNANDES, Jairza; NEVES, Natalino; PEREIRA, Nayhara J. A.; et al. Existances Museum: postponing the end of the world. In: HARRISON, Rodney; STERLING, Colin (org.). *Reimagining Museums for Climate Action*. London: Museums for Climate Action / UCL, 2021. p. 42-51.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, p. 59-79, 2003.
- FRANCO, Diego Alejandro Molina. *Los árboles se toman la ciudad: el proceso de modernización y la transformación del paisaje en Medellín, 1890-1950*. 1. ed. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2017. (Clío).
- GERGAN, Mabel; SMITH, Sara; VASUDEVAN, Pavithra. Earth beyond repair: Race and apocalypse in collective imagination. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 38, n. 1, p. 91-110, 2020.
- GHOSH, Amitav. *The nutmeg's curse: parables for a planet in crisis*. [S. l.]: Penguin, 2021.
- GIL, Yásnaya Aguilar; ALBORS, Marc Delcan (org.). *La sangre, la lengua y el apellido*. Buenos Aires: Madreselva, 2021.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno*. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

HARAWAY, Donna. *The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness*. 6. print. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2012. (Paradigm, 8).

HARRISON, Rodney. Heritage as future-making practices. In: DESILVEY, Caitlin; HOLTROF, Cornelius; MACDONALD, Sharon; et al (org.). *Heritage futures: comparative approaches to natural and cultural heritage practices*. London: UCL Press, 2020. p. 20-50. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10104405/1/Heritage-Futures.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

HARRISON, Rodney. *Heritage: critical approaches*. Milton Park: Routledge, 2013.

HARRISON, Rodney; STERLING, Colin. Introduction: of territories and temporalities. In: HARRISON, Rodney; STERLING, Colin (org.). *Deterritorializing the future: heritage in, of and after the Anthropocene*. 1. ed. London: Open Humanities Press, 2020. p. 19-55.

HOLTROF, Cornelius; HÖGBERG, Anders. Introduction: Cultural heritage as a futuristic field. In: HOLTROF, Cornelius; HÖGBERG, Anders (org.). *Cultural Heritage and the future*. London; New York: Routledge, 2021. p. 1-28.

HORNBORG, Alf. Colonialism in the Anthropocene: the political ecology of the money-energy-technology complex. *Journal of Human Rights and the Environment*, v. 10, n. 1, p. 7-21, 2019.

JACKSON, Mark. On decolonizing the anthropocene: disobedience via plural constitutions. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 111, n. 3, p. 698-708, 2021.

JOO, Hee-Jung S. We are the world (but only at the end of the world): race, disaster, and the Anthropocene. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 38, n. 1, p. 72-90, 2020.

KANNGIESER, Anja; BEURET, Nicholas. Refusing the world: silence, commoning, and the anthropocene. *South Atlantic Quarterly*, v. 116, n. 2, p. 363-380, 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador; São Paulo: Edufba; Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: Ubu; Rio de Janeiro: Ateliê Editorial, 2020.

- LATOUR, Bruno. *Nunca fuimos modernos: ensayos de antropología simétrica*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2022. (Otros Futuros Posibles Ser).
- LEE, James Jaehoon; BECKELHIMER, Joshua. Anthropocene and Empire: Discourse Networks of the Human Record. *PMLA: Publications of the Modern Language Association of America*, v. 135, n. 1, p. 110-129, 2020.
- LEWIS, Simon L.; MASLIN, Mark A. Defining the Anthropocene. *Nature*, v. 519, n. 7542, p. 171-180, 2015.
- LIGHTFOOT, Kent G.; PANICH, Lee M.; SCHNEIDER, Tsim D.; et al. European colonialism and the Anthropocene: a view from the Pacific Coast of North America. *Anthropocene*, v. 4, p. 101-115, 2013.
- LÓPEZ HERNÁNDEZ, Haydeé. *En busca del alma nacional: la arqueología y la construcción del origen de la historia nacional en México (1867-1942)*. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2019.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Estudos Críticos de Patrimônio e Antropoceno. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (org.). *Antropoceno: perspectivas historiográficas*. Rio de Janeiro: Nau, 2024. p. 237-276.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Patrimônios cosmológicos: futuros extramodernos emergentes em três encontros patrimoniais. In: BENEVIDES, Gilmara; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (org.). *Estudos Críticos de Patrimônio: abordagens transnacionais*. São Paulo: Tirant Empório do Direito Editorial, 2024. p. 243-259.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Museus contracoloniais e patrimônios cosmológicos no Antropoceno. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 15, n. 29, p. 154-174, 2023a.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A ciência no tempo das catástrofes: o caso da emergência da Ciência do Sistema Terra. *História*, São Paulo, v. 42, p. e2023007, 2023b.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Antropoceno, ciências humanas e historiografia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 30, p. e2023067, 2023c.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A proposição historiográfica da Ciência do Sistema Terra: uma revisão das críticas à “metanarrativa do Antropoceno”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-27, 2023d.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Colonialismo e Antropoceno: por um programa de investigações em torno dos conceitos históricos de hispanismo/iberismo. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (org.). *Histórias ibéricas e suas conexões*. São Paulo: Dialética, 2023e. p. 117-146.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Do americanismo ao interamericanismo: uma história transnacional da constituição de mundos modernos no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em História

Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Para além da pedra e cal: o Museu Nacional e as ações de preservação do patrimônio arqueológico e etnográfico (1937-1955). *História Social*, Campinas, n. 25, p. 157-184, 2013a.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Orientando-se em meio a lapsos: considerações sobre a produção historiográfica relativa às políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. *Revista CPC*, São Paulo, n. 15, p. 50-66, 2013b.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)*. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo; BUENO, Camila Silva. Tambores da Resistência: o Maracatu de Baque Virado como Patrimônio Cosmológico. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 33, n. 1, p. 91-119, 2020.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo; CORRÊA, Jaíne Diniz. Uma ponte entre valores: políticas municipais de patrimônio, pluralidade de significados e alternativas ao Antropoceno no Sul de Minas Gerais. *PerCursos*, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 10-45, 2021.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo; SILVA, Natalino Neves da; SILVA, Jairza F. R. da; VIEIRA, Nayhara J. A. P. T.; et al. Museus das Rexistências: potencializando histórias para adiar o fim do mundo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, Uberlândia, v. 14, n. 41, p. 268-286, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1299>. Acesso em: 6 ago. 2025.

LUKE, Timothy W. Tracing race, ethnicity, and civilization in the Anthropocene. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 38, n. 1, p. 129-146, 2020.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MANTECÓN, Ana Rosas. Presentación. *Alteridades*, Cidade do México, n. 16, p. 3-9, 1998.

MARZO, Jorge Luis. *La memoria administrada: El barroco y lo hispano*. Madrid: Katz Editores, 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/j.ctvm7bc7j>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MASCO, Joseph. Bad weather: on planetary crisis. *Social Studies of Science*, v. 40, n. 1, p. 7-40, 2010.

MIRZOEFF, Nicholas. It's not the anthropocene, it's the white supremacy scene; or, the geological color line. In: GRUSIN, Richard A. (org.). *After extinction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018. p. 123-149. (Center for 21<sup>st</sup> century studies).

- MOORE, Jason W. O surgimento da natureza barata. In: MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitalocene? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022. p. 128-187.
- MORTON, Timothy. *Hyperobjects: philosophy and ecology after the end of the world*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013. (Posthumanities, 27).
- PALSSON, Gisli; SZERSZYNSKI, Bronislaw; SÖRLIN, Sverker; et al. Reconceptualizing the 'Anthropos' in the Anthropocene: Integrating the social sciences and humanities in global environmental change research. *Environmental Science & Policy*, v. 28, p. 3-13, 2013.
- PEREIRA, Allan Kardec. Da porta ao ponto do não retorno: antinegritude e as vidas póstumas da plantação. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (org.). *Antropoceno: perspectivas historiográficas*. Rio de Janeiro: Nau, 2024.
- PLUMWOOD, Val. *Feminism and the mastery of nature*. London: Routledge, 2003.
- POVINELLI, Elizabeth. *Catástrofe ancestral: e existências no liberalismo tardio*. São Paulo: Ubu, 2024.
- RIEGL, Aloïs. *El Culto Moderno a Los Monumentos: caracteres y origen*. Boadilla del Monte: Visor Distribuciones, 1987. v. 7. (La Balsa de la Medusa Ser).
- RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. 250 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- RUBINO, Silvana Barbosa. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.
- RUFER, Mario. La cultura como pacificación y como pérdida: sobre algunas disputas por la memoria en México. In: SALAMANCA VILLAMIZAR, Carlos; JARAMILLO MARÍN, Jefferson (org.). *Políticas, espacios y prácticas de memoria: disputas y tránsitos actuales en Colombia y América Latina*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2019. p. 75-108. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/j.ctvkwnqhg>. Acesso em: 6 ago. 2025.
- RUIZ, Maya Lorena Pérez. *El sentido de las cosas: la cultura popular en los museos contemporáneos*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1999.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. 2. ed. Brasília: AYÓ, 2019.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora UnB, 2018. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b97mz>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. New York: Routledge, 2006.
- STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

- TENORIO-TRILLO, Mauricio. *Latin America: the allure and power of an idea*. Chicago: The University of Chicago Press, 2020.
- TOLEDO, Víctor M.; BARRERA BASSOLS, Narciso. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- VAZQUEZ, Rolando. Precedence, earth and the anthropocene: decolonizing design. *Design Philosophy Papers*, v. 15, n. 1, p. 77-91, 2017.
- VELÁZQUEZ MARRONI, Cintia. De glaciares, ajolotes y refinerías: repensar el patrimonio cultural en y del antropoceno. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, v. 15, n. 1, p. 330-368, 2025.
- VELÁZQUEZ MARRONI, Cintia. From monument to cultural patrimony: the concepts and practices of heritage in Mexico. In: WATSON, Sheila; BARNES, Amy; BUNNING, Katy (org.). *A museum studies approach to heritage*. Abingdon: Routledge, 2019. p. 132-145. (Leicester readers in museum studies).
- VERGÈS, Françoise. Racial Capitalocene. In: JOHNSON, Gaye Theresa; LUBIN, Alex (org.). *Futures of Black radicalism*. London; New York: Verso, 2017. p. 79-89.
- WALKER, Harry. Fragile Time: The Redemptive Force of the Urarina Apocalypse. In: BOLD, Rosalyn (org.). *Indigenous Perceptions of the End of the World*. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 51-70. Disponível em: [http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-13860-8\\_3](http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-13860-8_3). Acesso em: 20 jan. 2023.
- WHYTE, Kyle P. Indigenous science (fiction) for the Anthropocene: ancestral dystopias and fantasies of climate change crises. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 1, n. 1-2, p. 224-242, 2018.
- WHYTE, Kyle. Indigenous climate change studies: indigenizing futures, decolonizing the anthropocene. *English Language Notes*, v. 55, n. 1-2, p. 153-162, 2017.
- WYNTER, Sylvia; MCKITTRICK, Katherine. Unparalleled Catastrophe for Our Species? Or, to Give Humanness a Different Future: Conversations. In: MCKITTRICK, Katherine (org.). *Sylvia Wynter: on being human as praxis*. Durham: Duke University Press, 2015. p. 9-89.
- YUSOFF, Kathryn. *A billion black Anthropocenes or none*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018. (Forerunners: ideas first from the University of Minnesota Press, 53).
- ZALASIEWICZ, Jan; WATERS, Colin N.; ELLIS, Erle C.; et al. The Anthropocene: comparing its meaning in geology (Chronostratigraphy) with conceptual approaches arising in other disciplines. *Earth's Future*, v. 9, n. 3, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/2020EF001896>. Acesso em: 25 jan. 2022.

In: BENEVIDES, Gilmara; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (*El patrimonio cultural inmaterial de México*). México(Orgs.). *Heritage ecologies*. London New York, NY: Routledge, Taylor & Francis Group, 2021. (Archaeological orientations).

BÁRCENAS, Francisco (ZALASIEWICZ, Jan; WATERS, Colin N.; ELLIS, Erle C.; et al. The Anthropocene: Comparing Its Meaning in Geology (Chronostratigraphy) with Conceptual Approaches Arising in Other Disciplines. *Earth's Future*, v. 9, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/2020EF001896>>. Acesso em: 25 jan. 2022.